



## Epistemologia da natureza filosófica e a agroecologia *Epistemology of philosophical nature and agroecology*

CARELLI, Nathalia<sup>1</sup>

<sup>1</sup> UFMS, nathalia.carelli@ufms.br

### RESUMO EXPANDIDO TÉCNICO CIENTÍFICO

#### Eixo Temático: Construção do conhecimento agroecológico.

**Resumo:** O presente artigo pretende dispor o estudo epistemológico da agroecologia compreendida como doxa da crença e opinião comum que se relaciona com a determinação etimológica grega de *conhecer* e *entender*. A filosofia e seu papel na ciência, implicou a episteme para que houvesse rupturas de pressupostos cognitivos anteriores, analisamos o percorrer pelos sentidos, este que quando colide com a certeza sensível e a consciência. presenciando o mundo dela e com ela mesma, permite que seja também imediata [*a consciência sensível*]. Reconhecemos na agroecologia fundamentos dotados nas observações práticas e registrados por diversos pensadores que tratam do pertinente tema da sociedade, bem como apontamos a conjuntura atual do que se observa pela chamada “revolução verde”, a leitura toma caminho que nos leva a passear pelo agroextrativismo, e sua retratação de ofício para com a humanidade.

**Palavras-chave:** agroextrativismo; ciência; episteme, humanos.

#### Introdução

A filosofia e seu papel na ciência, implicou a episteme para que houvesse rupturas de pressupostos cognitivos anteriores, para George W. Friedrich Hegel: “O saber só pode ser aquele que é também imediato” (HEGEL, 2000, p. 74) qual percorre os sentidos, este [saber] colidindo com a certeza sensível e a consciência presenciando o mundo dela e com ela mesma, permite que seja também imediato [*a consciência sensível*] conhecimento concreto, o mais rico conhecimento obtido pela abstração.

Borssato e Carmo tem como referência teórica o sociólogo francês Edgar Morin e sua obra: “Introdução ao pensamento complexo”, publicado pela primeira vez em 1977, afirmando: “Ser um interessante arcabouço filosófico onde a agroecologia pode se assentar” (BORSATO e CARMO, 2012), agroecologia e sua epistemologia). O objeto de estudo da episteme agroecológica é a busca de estabelecer um novo paradigma de natureza dialética, neste sentido, Morin também menciona ser necessário elaborar novas concepções do próprio conhecimento, pois os saberes tradicionais foram submetidos aos processos reducionistas que interferiu as noções de multiplicidade e diversidade.

As teses de Hugh Lacey (1998) têm valores morais e sociais imparciais que admite aplicabilidade prática que independe de valores neutros, a autonomia satisfazendo a imparcialidade e a neutralidade promove a agroecologia uma ciência analítica, a



imparcialidade proveniente das razões epistêmicas cognitivas diferenciam-se das regras e seus distintos valores.

Nesse campo, os valores cognitivos determinam a teoria e o saber empírico, restringindo e solucionando e as adequações empíricas são expostas no plantio e em seus resultados com as distintas espécies e seus consequentes estágios, o poder explicativo toma em grandeza o saber que só pode ser aquele que também é imediato e a ausência de hipótese passa antes pelo juízo de valor, o mundo neutro independente de percepções, valores e interesses humanos.

Sendo assim, se por um lado o materialismo científico registrado por cientistas como Galileu, Descartes e Isaac Newton contemplará o mundo como ele é, e por outra atribuindo sentidos às representações desse mundo ao pensamento humano, o materialismo teórico dos cientistas “clássicos” é usualmente tomado como ponto de partida para entendimento do universo, no universo empírico a teoria é só mais um braço de uma corrente de saberes já existentes.

Como parte desse saber empírico, o extrativismo nasce a partir das práticas dos povos originários indígenas e resiste, até os tempos atuais, como prática dentre outras comunidades tradicionais como os assentamentos e os ribeiras. O extrativismo, unido ao conceito de se fazer a agricultura, dá origem ao “agroextrativismo”.

## **Metodologia**

De acordo com Dutra e Souza (2017, p. 111), o agroextrativismo além de constar como lei, é definida pelos órgãos reguladores como “combinação de atividades extrativas com técnicas de cultivo, criação e beneficiamento”. A utilização desse sistema extrativista, que também deve assumir perspectiva política, permite a produção de bens para consumo interno e para comercialização no âmbito da agricultura familiar camponesa.

Outros resultados positivos ocasionados pela utilização de práticas agroextrativistas são o apoio à permanência da população no campo, a geração e distribuição de renda através da produção agropecuária sustentável aliada à utilização consciente da biodiversidade, o que, ao mesmo tempo, permite a conservação dos ecossistemas (DUTRAS e SOUZA, 2017, p. 112) Isto é, o agroextrativismo é um notável caminho de resistência culturais formadas pelos núcleos familiares de pequenos produtores que partem do princípio dos fazeres e saberes da agricultura familiar.

Entretanto o nome, “Revolução Verde”, é atribuído ao conjunto de iniciativas tecnológicas que transformou as práticas agrícolas e aumentou drasticamente a produção de alimentos no mundo. Conforme Ganimi e Andrades (2007, p. 44), essa “revolução” é baseada “no uso intensivo de agrotóxicos e fertilizantes sintéticos na agricultura”.



Aplicada pela primeira vez no México no século XX, sob as investidas industriais da Rockefeller e da Ford (GANIMI e ANDRADES, 2007, p. 45), a equivocada “revolução” costumava se amparar no discurso falacioso “Mais Alimentos significam menos fome”. No entanto, se considerarmos que mesmo diante da produção em larga escala dos grandes produtores rurais a fome ainda é uma realidade vigente, o discurso da produção em larga escala deixa de fazer sentido.

Os resultados quantitativos também registram informações sobre a flora, fauna e funga, como o Brasil ser o segundo país com maior concentração de renda e na mão de poucos. É possível considerarmos que até mesmo as terras brasileiras estão à deriva das decisões dessa minoria financeira. Neste sentido, o conjunto dos biomas terrestre brasileiro (Mata Atlântica, Amazônia, Cerrado, Caatinga e Campos do Sul) abriga 20% das espécies de todo o planeta constituindo 20% da flora global, o Brasil possui o maior número de espécies de mamíferos e peixes de água doce conhecidos e mais de 50 mil espécies de árvores e arbustos ocupando o primeiro lugar na diversidade de plantas.

Com toda a riqueza dos biomas que compõem o cenário brasileiros, ainda assim as queimadas se prolongam e vem aumentando como nunca antes registrado, aumentando 82% em relação ao ano de 2018. Estima-se que o Cerrado possua mais de seis mil espécies de árvores e 800 de aves.

A diversidade esta que é presente no artigo 225 da Constituição Federal: “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo é essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”.

## **Resultados e Discussão**

A diversidade de fauna e flora que dentro do pensamento da “revolução verde” não tem espaço, pois, como parte da produção em larga escala, o único meio passivo do investimento dessa camada da elite rural brasileira é a monocultura. Ou seja, grandes latifúndios com plantações de milho/soja etc que empobrecem o solo e, para muito além, minam as culturas das comunidades tradicionais.

No Oriente, Vandana Shiva (2003) destaca suas observações à monocultura como um acontecimento e toma como exemplo o movimento Chipko, Garhwal no Humalaia, no qual as camponesas sabiam que os pinheiros não pertenciam às condições que realizavam funções de florestas, não fornecendo recursos hídricos e a conservação de solo.

A autora compreende o movimento da “revolução verde” como um processo colonial que alcançou o campo. Neste processo, a criação do terceiro mundismo se intensifica e o que pertence a este universo passa a ser tratado como “primitivo”,



enquanto o Ocidente ocupa os espaços com base no discurso da “modernidade”, Isto é, a autora fala de um saber dominante cuja “diversidade natural nativa é substituída pelas monoculturas de árvores e safras agrícolas” (SHIVA, 2003, p. 43)

A mentalidade monocultural, no entanto, vê a floresta natural e as árvores como "ervas-daninhas" e converte até o reflorestamento em desflorestamento e desertificação. De sistema de sustentação da vida, as árvores são transformadas em ouro verde e todo plantio é motivado pelo slogan "o dinheiro dá em árvores" (SHIVA, 2003, p. 43).

No entanto, apesar da investida da monocultura, conforme Shiva (2003, p. 63) esse sistema sequer dá conta de se sustentar, pois por não tolerarem outras formas de cultivo, ele não é capaz de se reproduzir. Para a indiana, o próprio ato de minar a diversidade na agricultura também é uma fonte de insustentabilidade, as variedades "milagrosas" substituíram as safras cultivadas tradicionalmente e, graças à erosão da diversidade, as novas sementes tornaram-se um mecanismo para introduzir e aumentar as pragas.

Na teoria da causalidade, todas as coisas e seres estão articulados, tendo sua finalidade já circunscrita em seu início, os sentidos teleológicos introduzem a forma e matéria no pensamento aristotélico não rompendo com o sensível e inteligível e designando a arte como imitação da natureza.

Quando estamos a verificar o conjunto formado pelas plantas ao dispor-se em distintos estratos, ocupando múltiplos espaços adequados para com a agradabilidade diversa de espécies, estamos a observar o *dever* de sua própria essência.

Ao elaborarmos “novas concepções do pensamento humano”, como Edgar fora mencionado na inicial exposição, seria encontrar-se não com a natureza em si mas com a própria criação da humanidade.

No que tange as variedades nativas ou espécies autóctones resistentes a pestes e doenças locais, certas doenças se manifestam e algumas variedades podem ser atingidas, enquanto outras mostram resistência e sobrevivem (SHIVA, 2003, p. 75), sendo assim, a autora indiana, como crítica da “Ciência Ocidental” que costuma a posicionar-se frente aos saberes empíricos como “dominante”, revela a importância de olharmos para o que há de nativo nos solos, desde as faunas e floras, até os nichos populacionais.

## **Conclusão**

A natureza, em seu aspecto ecossistêmico e como um organismo vivo, inteligível e criativo que buscam autonomia, permanência e auto generalidade, e os conceitos, crenças e as culturas, formam também uma ecologia que enraizada à humanidade enquanto espécie circunscrita numa determinada parte terrestre, enquanto seres



físico-químico-biológicos pertencentes ao planeta Terra. Por certo, nada está isolado, tudo se correlaciona por meio de uma eco-dependência que rege toda a organização das cidades, das regiões, dos continentes, e de seus habitantes. Entretanto, paga-se com grandes doses de entropia para se manter em atividade a estrutura desta organização como a que se encontra atualmente.

### **Referências bibliográficas**

DUTRA, Rodrigo Marciel Soares. SOUZA, Murilo Mendonça Oliveira. Agroextrativismo e geopolítica da natureza: alternativa para o Cerrado na perspectiva analítica da cienciometria. **Ateliê Geográfico**, Goiânia, v. 11, n. 3, p. 110-133, 2017,

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **Fenomenologia do Espírito**. Petrópolis: Vozes, 1992.

MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo**. Tradução de Elaine Lisboa. 5 ed. Porto Alegre: Sulina, 2015.

SHIVA, Vandana. **Monoculturas da Mente: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia**. São Paulo: Gaia, 2003.

Borsatto, Ricardo Serra; Do Carmo, Maristela Simoes. Agroecologia e sua epistemologia. **Interciencia**. **Caracas: Interciencia**, v. 37, n. 9, p. 711-716, 2012.

LACEY, Hugh. **Valores e atividade científica**. São Paulo: Discurso Editorial, 1998.